



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**ENSINO-APRENDIZADO DO ALUNO SURDO NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Joel Viegas

CAPÃO DA CANOA, RS, Brasil

2010

**ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO NO
ENSINO FUNDAMENTAL**

por

Joel Viegas

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**CAPÃO DA CANOA, RS, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização

**ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

elaborado por
Joel Viegas

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial:
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos***

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Ms. Andréia Jaqueline Devalle Rech
(Presidente/Orientador)

Profª Mda. Ana Claudia Denardin

Prof. Ms. Caio Cesar Piffero Gomes

**CAPÃO DA CANOA, RS, Brasil
2010**

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL

AUTOR: JOEL VIEGAS

ORIENTADORA: ANDRÉIA JAQUELINE DEVALLE RECH

CAPÃO DA CANOA, RS

A inclusão escolar a cada dia ganha mais força, novos estudos, novas pesquisas são feitas mostrando que a educação especial é viável e a inclusão escolar uma realidade. O respeito pelas diferenças é o primordial para o sucesso da inclusão escolar, todos nós temos alguma dificuldade, alguns mais outros menos. O aluno com dificuldade de ensino deve ser estimulado e respeitado, as particularidades de cada um não podem ser postas de lado. Entre os alunos com dificuldade de aprendizagem encontram-se os surdos, pessoas com total condição de aprendizagem, porém não escutam, o que dificulta o ensino-aprendizado. Todavia, para o aluno surdo freqüentar a escola regular é preciso uma série de adequações a ser feitas para melhor atendê-lo: sala de recursos, professores capacitados, intérprete presente na sala de aula, classe especial (turma formada por alunos surdos ou com dificuldade de aprendizagem), mas, este aluno para estar em uma escola regular ele deve vir da Escola Especial de onde adquiriu o conhecimento de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, essencial para o seu aprendizado na Escola Regular. Através da pesquisa bibliográfica tenta-se evidenciar o ensino-aprendizagem do aluno surdo no Ensino Fundamental e apresentar as dificuldades enfrentadas pelo mesmo e professor. Onde se pode perceber que a maior dificuldade está em obter uma metodologia, plano de aula e práticas pedagógicas que contemplem o aluno surdo em sala de aula regular.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Surdo; Ensino-aprendizagem.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	03
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	04
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	05
3.1 Inclusão Escolar	05
3.2 O Aluno Surdo X Língua Portuguesa	07
3.3 A Escola Especial e o Processo de Inclusão	09
3.4 A Escola Regular.....	10
3.4.1 A Sala de Recursos	12
3.4.2 A Classe Especial	13
3.5 A Cultura Surda.....	14
3.6 Libras	15
3.7 O Papel do Intérprete de Libras	16
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
5. REFERÊNCIAS	21

1. APRESENTAÇÃO:

O professor é um profissional que lida diretamente na formação das pessoas. Particularidades devem ser valorizadas, instigadas, quando necessário. Esta sensibilidade o professor deve ter para poder lidar com inúmeras diversidades que há em uma sala de aula. A inclusão é um tema relativamente novo, se comparados com as outras evoluções que a educação já teve.

Porém, para que a inclusão possa ocorrer é preciso que o professor tenha condições de lidar com alunos com necessidades especiais de educação, entre estes alunos estão os surdos, que se diferem dos demais alunos por apresentarem uma diferença sócio-linguística, ou seja, por interagirem com o mundo mediante uma experiência visual. Maior problema é não saber lidar com o aluno surdo. Poucas pessoas sabem como ensinar uma criança surda.

O conhecimento de LIBRAS é fundamental, tanto do professor quanto do aluno. A escola especial deve ser parceira da educação do surdo quando este migra para a escola regular. Quando o aluno surdo chega à escola regular deve ter ocorrido um preparo preliminar para a sua acolhida, a escola deve estar preparada para recebê-lo.

Por estes motivos torna-se importante a busca por este conhecimento tão complexo que é o ensino-aprendizagem da criança surda.

Esta pesquisa tem por objetivo evidenciar o ensino-aprendizagem do aluno surdo no Ensino Fundamental e apresentar as dificuldades enfrentadas pelo aluno surdo e o professor.

Para o melhor desenvolvimento do tema proposto este artigo apresenta no primeiro momento a inclusão escolar, suas definições; após retrata a visão do aluno surdo frente ao uso da língua portuguesa. Num terceiro momento fala da escola especial e o processo de inclusão e após

trata da escola regular e os espaços para acolhida do aluno surdo, como sala de recursos, classe especial. Num quinto momento busca retratar a cultura surda, o uso da linguagem de LIBRAS e, por fim, trata do papel do intérprete de LIBRAS.

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO:

Todas as pessoas precisam de convívio para se desenvolver da melhor maneira possível. Não seria diferente para uma pessoa com necessidades educativas especiais. A convivência é fundamental para se perceber as diferenças que cada um possui. E é na diferença que cada um se destaca e se conhece melhor. O ensino-aprendizagem ocorre toda vez em que auxiliamos e somos auxiliados. Portanto, a inclusão é importante para todos os personagens da escola.

A atual recusa da inclusão de crianças surdas na escola regular por parte dos profissionais da educação é constantemente justificada pelos processos mais amplos da estruturação social: o modelo de escola tradicional, a base de toda educação alicerçada nos métodos pedagógicos conservadores e tradicionais. Este modo unívoco de organizar os princípios da facilitação do conhecimento, não favorece o ensino inclusivo, inibindo qualquer iniciativa contrária ao processo estabelecido.

Pelo fato de alguns professores acharem incorreta a presença de alunos surdos na escola regular as conseqüências são drásticas, principalmente, a falta de conhecimento por desinteresse. O surdo, sim, tem dificuldades de ensino-aprendizagem por causa da falta de audição, porém se houver práticas pedagógicas e metodologias eficientes para serem utilizadas no ensino-aprendizagem do surdo seria muito mais fácil para que ele adquira conhecimento. Professores dedicados, sala de

recursos, intérpretes e outros recursos que serão expostos aqui facilita o ensino-aprendizagem do aluno surdo.

Coragem, determinação e segurança são fundamentais para a participação do aluno na Escola Regular. Coragem para aceitar o desafio; determinação em buscar o conhecimento necessário para que o aluno surdo possa realmente ter um ensino-aprendizagem adequado; e segurança ao ter passado o aluno surdo por uma avaliação criteriosa de que o melhor lugar para ele é estar na escola regular.

Para analisar estas questões e dar cabo do objetivo desse artigo utilizaremos o método dedutivo através da coleta, armazenamento e análise de material bibliográfico. A pesquisa bibliográfica consiste em buscar nos livros que abordam o tema conteúdo para ser utilizado no referencial teórico deste trabalho. Através desta leitura/pesquisa será possível chegar à conclusão sobre o ensino/aprendizagem do aluno surdo no Ensino Fundamental.

3. REFERENCIAL TEÓRICO:

3.1 INCLUSÃO ESCOLAR

A discussão em torno da proposta de Inclusão Escolar ainda gera inúmeras polêmicas. No entanto, a educação é uma questão de direitos humanos, logo indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, contudo, acredita-se que o problema é bem mais amplo, que simplesmente dar vagas as pessoas com de necessidades educativas especiais.

O nosso país tem uma diversidade cultural e racial considerável e isso nos faz refletir sobre o sentido que podemos dar a palavra inclusão. A princípio reduzimos o termo inclusão escolar à questão da integração de

peças com necessidades educativas, quando na verdade deveríamos tratá-la na perspectiva social, já que as escolas devem estar preparadas para receber não só crianças deficientes e sim todos os alunos, independente de cor, raça, cultura ou etnia.

É importante destacar que as transformações exigidas pela inclusão escolar não são utópicas e que temos meios de efetivá-las. Essas mudanças já estão sendo implementadas em alguns sistemas públicos de ensino [...] É certo que os alunos com deficiências constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos, mas todos sabemos que a maioria dos alunos que fracassam na escola são crianças que não vem do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele! (MANTOAN, 2001, p. 125).

Sabe-se que a proposta de educação inclusiva vem tentando buscar alternativas para adaptar a educação ao aluno, seja ele com necessidades educativas especiais ou não.

A inclusão é diferente de integração. Nessa última, o aluno com necessidades deve se adaptar ao ambiente escolar; na inclusão, diferentemente, a sociedade deve se adaptar a atender a todos sem distinção. Disponibilizar vagas para alunos surdos vai além de cumprir a lei, é necessária metodologia adequada, avaliação adaptada, práticas educativas diferenciadas em sala de aula.

O acesso e permanência destes alunos no ensino regular são amparados pela legislação vigente. A atual legislação vigente é a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989) (BRASIL, 2010) e, por isso, eles devem ser compreendidos, valorizados e atendidos conforme suas exigências biopsicossociais, buscando avanços em todas as áreas e o respeito às especificidades.

A proposta de inclusão não significa que a inserção seja prática corrente ou uma realidade presente. Falta muita informação para as pessoas sobre deficiências existentes. O preconceito ainda é muito grande e não é tão simples mudar todo um sistema de ensino ou até

mesmo a opinião dos pais ou mesmo da comunidade. Para essas pessoas o sujeito com deficiência é um aluno que precisa de recursos especiais e diferenciados dos outros.

A sociedade inclusiva começou a ser construída a partir de algumas experiências de inserção social de pessoas com deficiência, ainda na década de oitenta, principalmente através da luta das entidades e instituições representativas. Um marco no Brasil foi a promulgação da constituição de 1988 (Constituição cidadã). (SASSAKI, 1997, p. 76).

A escola é, sem dúvida, uma instituição de convivência social. A criança antes de frequentar a escola estava cercada apenas de pessoas da sua família, protegida e tendo suas vontades atendidas. Na escola ela está com outras crianças, cada uma com características diferentes, com vivências diferentes e onde todos os alunos são importantes. Desta forma a concepção de sociedade vai se formando na criança, participação e colaboração também são conceitos adquiridos nesta fase.

Diante disso, a escola regular também é um espaço de aprendizagem, desenvolvimento e socialização para o aluno surdo. Mas, para que isso realmente seja possível a escola deve oferecer para esse aluno igualdade de oportunidades, como os que serão descritos posteriormente.

3.2 O ALUNO SURDO X LÍNGUA PORTUGUESA

A inclusão do aluno surdo na escola regular não é uma tarefa fácil. É preciso o envolvimento de todos os personagens da escola: professores, orientador educacional, família, supervisor escolar, direção, colegas de aula, fonoaudiólogos; ou seja, a inclusão do aluno surdo não ocorre de uma hora para outra, sendo necessária uma preparação prévia.

Sendo um dos problemas a alfabetização do surdo a aprendizagem da Língua Portuguesa.

Para os surdos, a Língua Portuguesa é um instrumento lingüístico que não se apresenta como recurso que vem facilitar o intercâmbio com o mundo, mas um obstáculo que precisam transpor com grande dificuldade. Por outro lado, a LIBRAS não é código universal que possibilita tradução, mas sim, a interpretação, quando se procura estabelecer uma correspondência entre as duas línguas. (QUADROS, 1997, p. 56).

Para uma pessoa se alfabetizar é preciso alguns itens importantes, tais como: crescimento, audição e maturação neurológica, sendo estes todos chamados de itens internos; e tem o item externo, a cultura, ou seja, falamos à língua que ouvimos, no caso do surdo, não ouve, portanto não aprende. Desta forma, fica difícil para o surdo se alfabetizar na Língua Portuguesa, já que não ouve, e, é claro, para ele é muito mais fácil se alfabetizar em LIBRAS, que é o que ele vê e compreende. Porém, se um surdo tem estimulação precoce desde criança, ele terá mais facilidade em se alfabetizar na Língua Portuguesa.

A estimulação precoce da criança, que nasce ou se torna surda no período de zero a três anos de idade, é fator essencial para a aquisição da linguagem, uma vez que é considerado um período crítico favorável, devido à plasticidade neural, característica desse momento. A grande maioria dos surdos, porém, não é beneficiada por esse atendimento que se encontra implantado apenas nas grandes cidades brasileiras. (FONOJP, 2010, p. 14).

Mesmo, estimulado precocemente a respeito da Língua Portuguesa, o surdo ficará prejudicado em relação ao ouvinte, que ouve diariamente milhões de sons e palavras. Por este motivo que muitas pessoas surdas, mesmo depois de terem passado pela escolarização, apresentam dificuldades no uso da escrita. Embora um desempenho razoável na compreensão e expressão do idioma nacional faça com que o aluno alcance níveis elevados na educação.

A escrita deve ser a oportunidade do indivíduo expressar inúmeras situações significativas para determinados fins. A produção criativa é possível somente quando envolve situações comunicativas verdadeiras e quando o aluno identifica as possibilidades da nova língua enquanto objeto social/interacional. (QUADROS, 1997, p. 103).

3.3 A ESCOLA ESPECIAL PARA SURDOS E O PROCESSO DE INCLUSÃO

O primeiro atendimento escolar da criança surda deve ser numa Escola Especial, isto desde os primeiros meses de vida. A Escola Especial tem profissionais qualificados para atender esta criança da melhor maneira possível, já que os profissionais que lá estão fizeram cursos específicos necessários para a alfabetização do aluno surdo.

O principal objetivo da Escola Especial é o estímulo precoce, para que a criança possa futuramente freqüentar a Escola Regular a partir da pré-escola ou pós-alfabetização, pois para a criança se alfabetizar é preciso ter uma idade mínima, por isto, ela pode freqüentar a pré-escola não estando alfabetizada, mas no Ensino Fundamental é preciso estar alfabetizada ou semi-alfabetizada, tanto quanto as crianças de sua idade.

Todavia, a Escola Especial fará parte do sempre deste aluno, toda vez que o aluno surdo ou os professores tiverem alguma dificuldade devem recorrer a Escola Especial, portanto, quando o aluno ingressa na Escola Regular a Escola Especial deve dar apoio ao surdo, oferecendo turno inverso e subsidiando trabalhos dos professores da classe comum.

Caso a criança, ainda, não apresente condições de ingressar na escola comum, caberá à escola especial viabilizar o processo ensino-aprendizagem, desenvolvendo a mesma proposta curricular do ensino regular, mais as atividades de complementação curricular específica para os alunos surdos. A escola especial deve funcionar em horário integral, dar atenção prioritária ao ensino da Língua Portuguesa (falada/escrita) para os alunos surdos, a fim de encaminhá-los para a classe comum, tão logo tenham domínio dessa língua, se possível,

receptiva e expressiva, de modo que consigam integrar-se verdadeiramente no sistema regular de ensino. (LODI apud LACERDA, 2000, p. 77).

A Língua Portuguesa é algo não compreensível para o surdo, não pertence a sua cultura. Desta forma, a Língua Portuguesa se torna a maior dificuldade no ingresso do aluno surdo na Escola Regular. Para que esta dificuldade seja amenizada a Escola Especial é fundamental, pois é na Escola Especial que irá ocorrer o aprendizado da Língua Portuguesa. Na Escola Especial, o aluno surdo tem que adquirir a capacidade de ler, escrever e interpretar utilizando a Língua Portuguesa.

Compete à escola especial oferecer cursos de Português instrumental, funcional, além dos conteúdos da disciplina, oferecida regularmente. Além dessa função, cabe à escola especial estudar e possibilitar o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), por todos os elementos da comunidade escolar, como instrumento de ensino, apresentando as semelhanças e diferenças entre essas duas línguas. (SOARES, 2005, p. 22).

3.4 A ESCOLA REGULAR

De nada adianta colocar um aluno surdo na escola regular se ele não estiver alfabetizado na Língua Portuguesa (falada e/ou escrita), pois, quanto maior o seu domínio na Língua Portuguesa, mais fácil será a sua aprendizagem na Escola regular. Todavia, o aluno surdo pode ingressar na pré-escola mesmo não estando alfabetizado, desde que tenha apoio da escola especial. Pois, na Escola Regular, o aluno surdo deverá ter capacidade de ler, escrever e interpretar o que está escrito, ele pode vir a adquirir aos poucos com o apoio da sala de recursos,

O aluno surdo deve freqüentar o sistema regular de ensino, porque é um cidadão com os mesmos direitos que qualquer outro. Ele precisa de um modelo orientador da Língua Portuguesa, de ficar exposto ao modelo lingüístico nacional,

pois é no ambiente dos ouvintes que ele viverá sempre. A aprendizagem de uma língua efetiva-se realmente quando alguém tem o contato direto com os falantes dessa língua. (SMITH e STRICK, 2001, p. 71).

Alguns cuidados são importantes para uma boa formação do aluno surdo: a família deve comunicar previamente que o aluno é surdo, de nada adianta matriculá-lo na escola regular se a mesma não tem profissional capacitado (intérprete de LIBRAS) e sala de recursos. Outra questão importante é se a idade do aluno é compatível com a média da turma.

Os professores e demais profissionais que atuam junto ao aluno surdo na escola regular devem ser informados de que, embora ele possa não ter uma linguagem claramente expressa, poderá ter mais chances de integrar-se, se os profissionais, principalmente o professor da classe comum estiverem atentos aos seguintes itens: [...] ajudar o surdo a pensar, raciocinar, não lhe dando soluções prontas; não manifestar conduta de superproteção; [...]; incluir a família em todo o processo educativo; [...] solicitar ajuda da escola especial, sempre que for necessário; procurar obter informações atualizadas sobre educação de surdos; [...]. (MITTLER, 2003, p. 11).

Só que de nada adianta se o aluno for rejeitado pelo professor. O professor deve aceitá-lo e cativá-lo para poder ajudá-lo a pensar e raciocinar, de nada adianta lhe dar soluções prontas ou manifestar conduta de proteção. O surdo é um aluno como qualquer outro que deve ser cobrado e desafiado, sem discriminação ou distinção.

Alguns cuidados o professor deve ter perante ao aluno surdo na sala de aula, entre eles, não falar de costas para o aluno surdo, já que alguns lêem lábios. A fala deve ser de frases curtas, mas completas; não utilizar gírias, para facilitar a compreensão do que está sendo dito (MITTLER, 2003).

Não que seja obrigatório, mas é importante que o professor da escola regular tenha um conhecimento prévio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pois, ficará mais fácil para o professor avaliar o que o aluno surdo escreveu. (FONOJP, 2010, p. 16).

Para melhor educar o aluno surdo a Escola Regular deve ter a Escola Especial como aliada no ensino-aprendizagem deste aluno. A Escola Especial tem que ser o apoio da Escola Regular e do aluno surdo, providenciando, quando solicitado, material de apoio, principalmente quando for matéria nova.

3.4.1 A SALA DE RECURSOS

Muito se falou em sala de recursos. Mas, o que é realmente a sala de recursos para o surdo? A sala de recursos é um local adequado para receber o aluno surdo, onde acontecerá atendimento necessário para a sua necessidade. A sala de recursos deve promover a aprendizagem do aluno na escola regular.

A sala de recursos serve tanto para o aluno quanto para o professor, toda vez que o professor iniciar uma matéria nova deve buscar material de apoio e meios alternativos para melhor ensinar. A dificuldade da interpretação da Língua Portuguesa é pertinente e a sala de recursos é um auxílio imprescindível para aquisição do conhecimento desejado. A sala de recursos serve como reforço para o aluno surdo e apoio para o professor.

Após a matrícula dos alunos surdos na classe comum, é estabelecido o horário e os dias de atendimento na sala de recursos, de forma a conciliar a frequência na sala de aula com a sua participação nas atividades extraclasse. Os alunos integrados nas escolas de ensino regular devem possuir uma agenda, onde o professor da classe comum anota as dificuldades encontradas, para que o professor da sala de recursos possa planejar atividades adequadas às necessidades dos educandos. (RAMOS, 2005, p. 36).

De tempos em tempos, devem ocorrer reuniões com professores que atentem os alunos surdos e o professor da sala de recursos, nestas

reuniões serão discutidos a evolução da aprendizagem dos alunos, troca de experiências e apresentado novas técnicas para que o aluno surdo possa melhorar seu desempenho em aula. (SMITH e STRICK, 2001).

A avaliação é problema em todos os níveis escolar, não sendo diferente para o aluno surdo. Para que haja uma avaliação compatível com o ensino-aprendizagem disponibilizado para este aluno deve-se ouvir o professor da sala de recursos que o acompanhou na busca do conhecimento. O professor da sala de recursos ao trabalhar os conteúdos da classe comum tem todas as condições de avaliar o aluno surdo, utilizando material de apoio e LIBRAS.

Para atuar em salas de recursos que atendam alunos a partir da 5ª série do Ensino Fundamental, sugere-se que o professor tenha formação em Letras/Português, uma vez que lhe compete oferecer ao aluno surdo um Curso de Português Instrumental, à semelhança dos cursos de língua estrangeira. (FABRICIO et. al., 2007, p. 61).

3.4.2 A CLASSE ESPECIAL

Esta classe é composta por alunos surdos que não apresentam condições de freqüentar a classe regular. O rendimento escolar não vem sendo alcançado como deveria para o aluno surdo. A classe especial situa-se dentro da escola regular. Sendo mais utilizada para alunos da Educação Infantil ou que se encontram no processo de alfabetização. Mas, podem também ser criadas para atender alunos em outros níveis escolares.

As classes especiais constituem-se em turmas de alunos surdos com mais ou menos dez alunos, atendidos por um professor que, preferencialmente, deve possuir especialização na área de ensino para surdo e ter conhecimentos da Língua Portuguesa e da Língua Brasileira de Sinais. As classes especiais, por estarem inseridas em escolas regulares facilitam bastante o processo de integração já em andamento e a futura

inclusão do aluno surdo na classe comum. Essas classes especiais devem ser organizadas por faixa etária e nível de escolaridade. (ARANTES, 2007, p. 29).

Na classe especial, cabe ao professor responsável por ela oferecer todo o atendimento pedagógico aos alunos surdos e realizar atividades nas quais atuem como agentes facilitadores do desenvolvimento da escolaridade do surdo e do seu processo de integração no mundo ouvinte. A classe especial deve ser vista como um apoio ao aluno voltar à classe regular e pode retornar à classe especial quantas vezes for preciso, até que o aluno comece a acompanhar os outros alunos.

3.5 A CULTURA SURDA

As pessoas têm como característica formar grupos sociais. Os surdos, como qualquer outra pessoa, também formam grupos sociais com pessoas que possuem a mesma cultura que ele, o que é natural. O que diferencia dos outros grupos sociais é que é formado por pessoas que não ouvem, tendo como comunicação predominante a LIBRAS. Porém, o que deveria ser bom, às vezes, acaba prejudicando no ensino-aprendizagem do aluno surdo, pois, ele não vê interesse em aprender a Língua Portuguesa, já que pode se comunicar com LIBRAS com as pessoas que o cercam e tem as mesmas necessidades que ele. (SOARES, 2005).

A cultura surda refere-se aos códigos próprios dos surdos, suas formas de organização, de solidariedade, de linguagem, de juízos de valor, de arte, etc. Os surdos envolvidos com a cultura surda, autoreferenciam-se como participantes da cultura surda, mesmo não tendo eles características de raça ou de nação. (GÓES, 1999, p. 77).

Outro problema, é que os ouvintes não compreendem o que é de fato a cultura surda, achando que é apenas a comunicação que os atraem, não sendo verdade, como nos explica Rossana Ramos (2005, p. 28):

As pessoas que têm dificuldade em entender a existência de uma cultura surda geralmente são pessoas que pensam que nada há fora de sua própria referência cultural, então, entendem a cultura surda como uma anomalia, um desvio, uma irrelevância. Geralmente estas pessoas desconhecem os processos e os produtos desta cultura surda: desconhecem o que os surdos geram em relação ao teatro, ao brinquedo, à poesia visual, à literatura em línguas de sinais, à tecnologia que utilizam para viverem o cotidiano, etc.

Os surdos são pessoas iguais a qualquer outra, portanto formam grupos sociais tão heterogêneos como os dos ouvintes. O que estes grupos tem em comum é uso da LIBRAS, mas isto não significa que para participar de uma “comunidade surda” é preciso saber a língua de sinais.

Para o professor que trabalha com surdos é fundamental compreender a cultura surda, fazendo com que esta característica seja aliada no ensino-aprendizagem. A cultura surda é fascinante se souber trabalhar, é um ponto de motivação, de expressão que deve ser explorada. (RAMOS, 2005).

3.6 LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS tem o *status* de língua porque é composta pelos níveis lingüísticos fonológico, morfológico, sintático e semântico, necessário numa língua viva. Sendo o que é denominado de palavras na língua oral-auditivas na Língua de Sinais são denominadas sinais. Como foi dito anteriormente, a língua de sinais é uma língua viva porque ela possui expressões exclusivas de certas

regiões, como também possui gíria, o que a legitima ainda mais como língua.

LIBRAS é sigla para Língua Brasileira de Sinais. As Línguas de Sinais (LS) são as línguas naturais das comunidades surdas. Ao contrário do que muitos imaginam as Línguas de Sinais não são simplesmente mímicas e gestos soltos, utilizados pelos surdos para facilitar a comunicação. São línguas com estruturas gramáticas próprias. (QUADROS, 1997, p. 11).

Sendo a Língua de Sinais Francesa a pioneira nesta forma de comunicação, ela foi a base para as inúmeras línguas de sinais que existem pelo mundo (as LS não são universais, cada país possui a sua), não sendo diferente no Brasil, sendo a base para a Língua Brasileira de Sinais. Porém, em todos os países os sinais são padronizados para poder melhor serem ensinadas.

Os sinais são formados a partir da combinação de forma e do movimento das mãos e do ponto no corpo ou no espaço onde esses sinais são feitos. Nas línguas de sinais podem ser encontrados os seguintes parâmetros que formarão os sinais. Para conversar em LIBRAS não basta apenas conhecer os sinais de forma solta, é necessário conhecer a sua estrutura gramatical, combinando-os em frases. (LODI apud LACERDA, 2000, p. 91).

3.7 O PAPEL DO INTÉRPRETE DE LIBRAS

A profissão de intérprete de LIBRAS (existe uma movimentação da comunidade surda organizada em âmbito nacional, no sentido de que a LIBRAS seja reconhecida oficialmente como língua) ainda não está regulamentada e poucos são os municípios que a reconhecem. Por outro lado, não existindo formação específica, é reduzido o número de pessoas habilitadas para exercer essa função que passou a ser desempenhada por familiares, amigos ou profissionais com longo tempo de convívio com surdos. (GÓES, 1999, p. 89).

Quando uma pessoa decide ser intérprete de LIBRAS, esta pessoa deve falar fluentemente a Língua Portuguesa, como também escrever.

Pois, ao interpretar o que se está falando para o surdo quanto do surdo para o ouvinte, a interpretação deve ser correta, ou seja, não pode haver distorções na interpretação. O intérprete é a conexão do surdo com o ouvinte sem conhecimento de LIBRAS. (SOARES, 2005).

O intérprete deve ser uma pessoa calma e imparcial. Calma para transmitir a mensagem sem atropelos, o que dificultaria a comunicação, e também pelo fato de alguns surdos não terem o conhecimento necessário de LIBRAS para entender os inúmeros sinais existentes, dificultando também a comunicação. A respeito de imparcialidade, é pelo fato que o intérprete não deve interferir na comunicação, concordando ou discordando com o que se está transmitindo. A função do intérprete é de transmitir o que o ouvinte fala para o surdo e vice-versa, apenas isto.

Outra função importante do intérprete é que ele pode ser solicitado para acompanhar surdos em palestras, cursos, encontros, debates, entrevistas, consultas médicas, audiências..., sempre que for solicitada a participação do aluno surdo nestes eventos.

A especialista em educação para surdos Valéria Amorim Arantes (2007, p. 101) diz que:

A presença do intérprete de LIBRASxPortuguês em sala de aula tem aspectos favoráveis e desfavoráveis que precisam ser observados.

Os aspectos favoráveis são:

- O aluno surdo aprende de modo mais fácil o conteúdo de cada disciplina;
- O aluno surdo sente-se mais seguro e tem mais chances de compreender e ser compreendido;
- O processo de ensino-aprendizagem fica menos exaustivo e mais produtivo para o professor e alunos;
- O professor fica com mais tempo para atender aos demais alunos;
- A LIBRAS passa a ser mais divulgada e utilizada de maneira mais adequada;
- O aluno surdo tem melhores condições de desenvolver-se, favorecendo inclusive seu aprendizado da Língua Portuguesa (falada e/ou escrita).

Aspectos desfavoráveis:

- O intérprete pode não conseguir passar o conteúdo da mesma forma que o professor;

- O aluno não presta atenção ao que o professor regente diz, porque está atento ao intérprete;
- Há necessidade de pelo menos dois intérpretes por turma porque a atividade é exaustiva;
- Os demais alunos ouvintes podem ficar desatentos, porque se distraem olhando para o intérprete;
- O professor regente pode sentir-se constrangido em estar sendo interpretado;
- O professor não interage diretamente com o aluno.

Os pontos que a especialista Valéria Amorim Arantes (2007), colocou como aspectos favoráveis e desfavoráveis são bem pertinentes. Não é fácil a presença do aluno surdo na escola regular, tanto para o aluno, quanto para os agentes da educação. Muita dedicação e aproximação entre aluno-professor-intérprete devem acontecer.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Como em ondas, novas expressões surgem e desaparecem do cenário contemporâneo, descartáveis como a maioria das coisas que nos cercam hoje, das embalagens dos alimentos à própria geladeira, dos ídolos aos relacionamentos.

Na educação não é diferente, muitas teorias já foram aplicadas, algumas deram certo e outras, verdadeiros fracassos. Atualmente, a moda é falar em inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais ou escola para todos. Os surdos são pessoas que necessitam de um acompanhamento específico para ingressar na escola regular. Fala-se em escolas especiais para surdos e a inclusão na escola regular.

Passamos o século XX lutando pelo acesso de todos a uma escola laica, gratuita, pública e, mais recentemente, também de qualidade social.

De repente, nos vemos diante da possibilidade de termos um surdo em sala de aula com mais 30 e tantos alunos ditos normais. E agora? Como estruturar a prática pedagógica para atender a turmas onde

precisam estar todos? Como ter uma escola na qual não apenas todos possam estar matriculados, mas, na qual todos possam se beneficiar?

Como foi visto, não adianta apenas colocar o aluno surdo na sala de aula junto com os outros ouvintes e começar a passar a aula. Existe uma série de detalhes a serem feitos: posição do aluno na sala de aula (próximo do professor); sala de recursos; material de apoio; aulas planejadas e pré-enviadas a sala de recursos para que o aluno tenha um apoio prévio; intérprete capacitado; que o professor tenha conhecimento de LIBRAS e cultura surda, além de sintonia com o intérprete e o professor da sala de recursos.

Na realidade, teoricamente a inclusão é maravilhosa, fantástica, porém, na prática se encontra grandes problemas, as escolas ainda não estão preparadas adequadamente para receber estes alunos. Ainda há resistência dos professores, mais por medo do que por preconceito; medo de não conseguir se fazer compreender, bem como de não compreender estes alunos, pois poucos são os que conhecem a linguagem de sinais, quando todos deveriam conhecer, independente de serem intérpretes ou não.

Entretanto, de forma lenta, gradual, com muitos obstáculos a inclusão vem acontecendo. O papel do professor é auxiliar o aluno na construção de sua identidade, bem como promover a sua plena integração social, independente das diferenças apresentadas.

O maior obstáculo está na aprendizagem da Língua Portuguesa pelo aluno surdo, pois está se constitui numa língua estrangeira para ele. Como ressalta Quadros (1997, p. 56): “Para os surdos, a Língua Portuguesa é um instrumento lingüístico que não se apresenta como recurso que vem facilitar o intercâmbio com o mundo, mas um obstáculo que precisam transpor com grande dificuldade”.

Não é fácil, mas não é impossível. Querer que o aluno surdo faça parte da escola regular é o primeiro passo, os agentes da educação devem estar cientes do desafio a enfrentar. A primeira é a dificuldade em

aprender a Língua Portuguesa, essencial para aquisição do conhecimento escolar. Muitos alunos surdos completam o ensino médio com dificuldades de escrita, a Língua Portuguesa não faz parte da sua cultura, a sua língua materna é a LIBRAS e temos, como professores, que respeitar e compreender.

Ter um intérprete em sala de aula não quer dizer o que aluno surdo irá aprender tudo, com certeza facilita a aprendizagem, mas se a aula não for preparada pensando no aluno surdo pouco o intérprete irá auxiliar, pois precisa de material de apoio prévio elaborado pela sala de recursos e trabalhado anteriormente com este aluno no turno inverso para melhor compreensão da matéria.

Mas, como a especialista em educação para surdos Valéria Amorim Arantes (2007, p. 101) diz que: “A presença do intérprete de LIBRASxPortuguês em sala de aula tem aspectos favoráveis e desfavoráveis que precisam ser observados”. Entre os favoráveis está que “o aluno surdo sente-se mais seguro e tem mais chances de compreender e ser compreendido” e que “o aluno surdo tem melhores condições de desenvolver-se, favorecendo inclusive seu aprendizado da Língua Portuguesa (falada e/ou escrita)”. E o ponto desfavorável mais pertinente é: “o intérprete pode não conseguir passar o conteúdo da mesma forma que o professor”. De qualquer forma, o intérprete é fundamental no ensino-aprendizagem do aluno surdo mesmo não sendo totalmente eficiente, pois necessita de atividades complementares para que o aluno surdo alcance o conhecimento esperado.

Como acontece com qualquer pessoa, se ela se sente bem no ambiente que está aprenderá mais e melhor. O aluno surdo tem que se sentir seguro, confiante para aprender, indagar, tirar as suas dúvidas. Tem que se trabalhar a convivência com este aluno não o isolamento dele. A inclusão do aluno surdo deve ser plena para melhor aprendizagem.

5. REFERÊNCIAS:

ARANTES, Valéria Amorim (org.); SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRI, Núria. **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acesso em: 22 nov. 2010.

FABRÍCIO, Nívea Maria de Carvalho; SOUZA, Vânia Carvalho Bueno de; ZIMMERMANN, Vera Blondina. **Singularidade na inclusão – estratégias e resultados**. São José dos Campos, SP: Pulso, 2007.

FONOJP. **O aluno surdo na educação básica**. Disponível em: <www.fonojp.hpgvip.com.br/ebooks/mec06.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2010.

GÓES, M. C. R. de. **Linguagem, surdez e educação**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

LACERDA, C. B. F. de; NAKAMURA, H. & LIMA, M. C. (org.) **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus, 2000.

LODI, A. C. B. **Educação bilíngüe para surdos**. In: LACERDA, C. B. F. de; NAKAMURA, H. & LIMA, M. C. (org.) **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus, 2000.

MANTOAN, Maria Tereza E. **Educação Inclusiva**. In: **2º Seminário Internacional Sociedade Inclusiva – 2001**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Anais 2003, p.124-127.

MITTLER, Peter. **A educação inclusiva**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

QUADROS, R. M. de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RAMOS, Rossana. **Passos para a inclusão**. São Paulo: Cortez, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. **Dificuldade de aprendizagem de A a Z:** um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Editores Autores Associados, 2005.